

CONSAGRAÇÃO DOS MONUMENTOS E DAS TRADIÇÕES NA CIDADE DE GOIÁS: VIVA SEU PASSADO!! VIVA SEU PATRIMÔNIO CULTURAL!!

Keley Cristina Carneiro¹

RESUMO: A finalidade desse artigo é mostrar como se deu a monumentalização da Cidade de Goiás e como parte da população, ou seja, como algumas pessoas pertencentes a determinadas entidades ou associações ou instituições amenizaram seus ressentimentos, após a transferência da capital para Goiânia, buscando uma valorização do seu passado histórico e de suas tradições e assim, Goiás se tornar Patrimônio da Humanidade. É, também, objetivo deste artigo mostrar o sentido de uma das grandes festas de Goiás, que atrai inúmeros turistas, a Procissão do Fogaréu, inserida nos rituais da Semana Santa, uma festa (re)inventada, conhecida no Brasil e no mundo.

PALAVRAS-CHAVE: Monumentalização. Patrimônio. Tradição. Goiás. Procissão do Fogareu.

ABSTRACT: The purpose of this article is to show how the monumentalization of the City of Goiás took place and as part of the population, that is, how some people belonging to certain entities or associations or institutions alleviated their resentments, after the transfer of the capital to Goiânia, seeking an appreciation of its historical past and its traditions and thus, Goiás became a World Heritage Site. It is also the objective of this article to show the meaning of one of the great festivals in Goiás, which attracts countless tourists, the Procession of Fogaréu, inserted in the rituals of Holy Week, a (re)invented festival, known in Brazil and the world.

KEYWORDS: Monumentalization. Heritage. Tradition. Goiás. Fogareu Procession.

1. INTRODUÇÃO

Analisa-se, neste artigo, o contexto do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, do Patrimônio Histórico e Artístico, que após a Constituição Federal de 1988, passa-se a ser chamado apenas de Patrimônio Cultural, do FICA² e das tradições na

Cidade de Goiás, temas que se entrelaçam para dar sentido a uma história que tem o objetivo de mostrar como foi mantido o passado colonial de Goiás, para amenizar os ressentimentos das pessoas da cidade pela transferência da capital para Goiânia.

Segundo Magnani (1986) *apud* Borba (1998, p.26), “o termo patrimônio significa,

¹ Docente da Universidade Estadual de Goiás (UEG), Câmpus Cora Coralina, no curso de História e no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu, Mestrado Profissional em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio (PROMEP). É licenciada e mestre em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG); pós-graduada em História Moderna e Contemporânea pela Pontifícia Universidade Católica de Minas (PUC/MG) e Doutora em Política Públicas, Estratégia e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Email: carneirokc@gmail.com

² FESTIVAL INTERNACIONAL DE CINEMA E VÍDEO AMBIENTAL, acontece anualmente na Cidade de Goiás.

etimologicamente, herança paterna, o que evoca a ideia de transmissão e, no caso de uma coletividade, transmissão não de pai para filho, mas de uma geração a outra”. Fonseca (1996, p.58) considera que "a ideia de posse coletiva como parte do exercício da cidadania inspirou a utilização do termo patrimônio para designar o conjunto de bens de valor cultural que passaram a ser propriedade da nação, ou seja, do conjunto de todos os cidadãos”.

No Brasil, os bens de valor cultural, que foram tombados tornaram-se Patrimônio da nação a partir da Revolução de 30, com o Estado Novo.

Tombamento é um conjunto de ações realizadas pelo poder público com o objetivo de preservar, através de aplicação de legislação específica, bens culturais de valor histórico, artístico, arquitetônico, arqueológico e ambiental de interesse para a população, impedido que venham a ser demolidos, destruídos ou mutilados.³

Em 30 novembro de 1937, pelo mesmo Decreto que rege o tombamento nº. 25, amparado pela Constituição Federal em seu artigo n. 216, foi criado um órgão federal responsável pela preservação do patrimônio histórico artístico brasileiro, denominado Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN. A criação desse órgão foi decorrente da ação de intelectuais modernistas,

entre eles Mário de Andrade, que se preocupavam com a conservação da cultura brasileira, inclusive já havia preocupação com o Patrimônio Imaterial. Sobre a criação do SPHAN, Fenelon (1992, p. 30) afirma: “[...] a política de preservação deste órgão constitui talvez o exemplo mais fecundo de intervenção governamental na área da cultura, empenhada em construir uma memória e uma identidade nacionais”. Desde a sua criação até a década de 60, o SPHAN ficou sob a direção de Rodrigo Melo Franco de Andrade.

Em 1946, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN – tornou-se Diretoria, passando a ser denominado DPHAN, período em que foram tombados alguns bens isolados na Cidade de Goiás. Em junho de 1970, pelo Decreto n. 66.967, passou a ser Instituto⁴ – IPHAN – as modificações não vieram apenas na sigla, mas numa nova medida de tombamento, que não seria mais de bens isolados, mas de conjuntos arquitetônicos e urbanísticos. Borba (1998, p.27/8) afirma que a criação do instituto “[...] culminou numa série de reavaliações de diretrizes e práticas deste órgão. [...] Reconstrução das Cidades Históricas [...] restauração de sítios, monumentos e cidades históricas com a finalidade de implementar a exploração turística destas áreas”. A realidade,

³ O tombamento federal é regido pelo decreto-lei nº. 25 de 30 de novembro de 1937, pelo decreto-lei nº.3.866 de 29 de novembro de 1941 e pela lei nº. 6.292 de 15 de dezembro de 1975. in: patrimônio cultural..boletim

informativo bimestral da 14ª coordenação regional do ibpc. ano i, nº 2, nov/dez 1991, p. 2.

⁴ SPHAN/Pró-Memória. *Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil: uma trajetória*. Brasília: MEC, 1980, p. 31.

porém, foi outra. Poucos eram os recursos financeiros, muita burocracia e raras restaurações.

Em 1979, retornou a sigla SPHAN, sendo extinta em 1990, nesse período foi criado o Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural - IBPC - até 1994. Em 1994 retorna⁵ o Instituto do Patrimônio Histórico e artístico Nacional – mais uma vez IPHAN, que ainda hoje conserva esta sigla.

2. A MONUMENTALIZAÇÃO NA CIDADE DE GOIÁS

Pode-se dizer que o início da consagração de Goiás como Patrimônio foi a partir do tombamento de alguns bens imóveis e monumentos, que se iniciou em 1950⁶, pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), neste ano foram tombados: Igreja de N. Sr^a da Abadia, Igreja de N. Sr^a do Carmo, Igreja de Santa Bárbara, Igreja de São Francisco de Paula, Imagem de N. Sr^a do Rosário, Igreja de N. Sr^a da Boa Morte (Museu de Arte Sacra da Boa Morte) e Casa do Antigo Quartel da II Companhia (Quartel do XX Batalhão de Infantaria). O tombamento continuou em 1951 com a Casa de Câmara e Cadeia (Museu das Bandeiras), Palácio Conde

dos Arcos, inclusive as armas de Portugal e dois bustos de pedra.

O tombamento na década de 50 não foi visto com bons olhos pela população local, que ainda não aceitava a ideia da transferência da capital. Para eles, Goiás poderia tornar-se uma cidade grande, desenvolvida. Não era fácil aceitar a ideia de que seus prédios públicos se tornariam meramente museus, imóveis a serem preservados e que suas casas não poderiam ser modificadas sem autorização. Tudo isso seria atraso para Goiás e não progresso.

Os depoimentos⁷ abaixo mostram a resistência ao tombamento:

[...] o termo tombamento simbolizava o atraso, Goiás ficaria estagnada, impedida de se desenvolver, impedida de crescer, impedida de progredir. O IPHAN tombar a cidade, você não poder construir [...] a visão que se tinha de tombamento era essa, estaríamos permanentemente condenados. O sonho de Goiás era asfalto [...] era se igualar a Goiânia. (Hercival Alves de Castro)

Eu fui contrário ao tombamento nos primeiros anos, liderado por um grupo que não via a preservação com estímulo ao futuro de Goiás. Seria um atraso para a cidade, você não poderia mudar a fachada [...] você não mandaria na sua casa. [...] Inclusive o termo tombamento liga à queda, à deterioração. (Elder Camargo dos Passos)

O tombamento em Goiás, inicialmente dos bens isolados, em quase nada alterou a vida cotidiana dos vilaboenses, não atraiu a visitação

⁵ Setembro de 1994 - Medida Provisória n.º 610.

⁶ Consta na publicação dos Bens Móveis e Imóveis inscritos nos Livros do Tombo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, 1994.

⁷ Trechos extraídos da entrevista concedida à Andréa Ferreira Delgado, em 19/08/1999.

pública, não chamou atenção dos turistas. A preservação não teve muito significado, os bens não foram restaurados, inclusive o Quartel do XX Batalhão de Infantaria teve fins diversos, “em março de 1950 foi arrendado, passando a funcionar como hotel – Hotel Carrascoza. Até setembro de 1976 serviu ao Hospital Dr. Brasil Caiado[...].”⁸

Somente na década de 70 que alguns grupos de vilaboenses, principalmente da elite⁹, passam a perceber o valor do Patrimônio para a cidade e a contribuir na sua preservação. Fundaram entidades civis - como a Organização Vilaboense de Artes e Tradições (OVAT) e Fundação Educacional da Cidade de Goiás (FECIGO), criada por Frei Simão Dorvi - com intuito de defender a identidade cultural vilaboense. Os fundadores da OVAT e da FECIGO perceberam a importância do tombamento e do Patrimônio para a cidade de Goiás, conscientizaram-se de que o passado conservado não seria atraso. De acordo com o Boletim Informativo do IPHAN (1995, p.2): “É sempre bom lembrar que o tombamento não traz apenas restrições aos proprietários de imóveis e usuários da cidade [...]” como pensavam muitos moradores de Goiás na década de 50. “O

tombamento pode trazer, também, benefícios econômicos, sociais e financeiros, contribuindo inclusive para o crescimento e desenvolvimento da cidade.” Uma das formas encontradas para gerar riquezas no município foi desenvolver o turismo. “Através do turismo cultural¹⁰ e ecológico, por exemplo – desde que bem planejado e organizado – [...] têm aumentado a arrecadação e ampliado o índice de emprego, entre outras vantagens.”¹¹

Apenas em 1978, foram tombados: a Praça Brasil Caiado, Largo do Chafariz, rua da Fundação e Conjunto Arquitetônico e Urbanístico (extensão de tombamento) do centro histórico da Cidade de Goiás, que foi tombado como monumento histórico.¹² Logo, torna-se Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Com a Lei Estadual nº 8915, de 13 de outubro de 1980, os bens tombados como Patrimônio do Brasil passam a ser protegidos pelo Estado. A partir da década de 80 do século XX, Goiás foi contemplada com recursos federais, estaduais e de iniciativas privadas, destinados a restauração dos bens tombados, privilégio de poucas cidades brasileiras.

Percebe-se que os bens tombados, os monumentos que passaram a ser preservados em

⁸ SPHAN/Pró-Memória .Quartel do vinte. Goiás-Go. *Memórias de Restauração*, s/d, nº 5, p.3.

⁹ Elite intelectual, financeiras, filhos das “famílias tradicionais”.

¹⁰ O turismo cultural é motivado pela busca de informações, de novos conhecimentos, de interação com outras pessoas, comunidades e lugares, da curiosidade

cultural, dos costumes, da tradição e da identidade cultural.

¹¹ PATRIMÔNIO CULTURAL..Boletim Informativo da 14ª coordenação Regional/IPHAN. Ano 5 , nº 5, dez/1995, p. 2.

¹² Tombado pela União conforme Processo 345-T-42. Livro: Belas Artes. Vol.I . Nº da folha:97. Nº de Inscrição: 529. Data:18/09/1978.

Goiás fazem parte da memória do Estado: palácio, câmara e cadeia, centro da cidade, o qual era a sede administrativa do Estado; da Igreja Católica, enfim da “elite econômica”, a conservação é de ordem simbólica que expressam uma ritualização do poder. Para serem mantidos como tal, há todo um trabalho de manutenção, conscientização e educação patrimonial que é feito pelo IPHAN.

O escritório do IPHAN se instalou em Goiás em 1983, sob a direção do arquiteto Gustavo Coelho até 1986. A atuação do IPHAN em Goiás é resguardada pela 14ª Superintendência Regional, com sede em Brasília. Na cidade, é representado pela 17ª Sub-Regional II, que realiza a fiscalização, a análise e o acompanhamento dos processos de intervenção arquitetônica e urbanística na área tombada.

Apenas parte da população local - elite intelectual - havia se conscientizado do valor do patrimônio, tanto é que um dos trabalhos iniciais do IPHAN em Goiás foi de conscientização da população que habitava o centro histórico e seu entorno. De acordo com Delgado (2003, p.444) as pessoas,

[...] passavam a ter que respeitar a legislação federal que regula a proteção do patrimônio e impõe aos proprietários que qualquer modificação dos imóveis deva ser previamente discutida e aprovada pelo IPHAN, estando sujeita a uma série de restrições a fim de evitar a descaracterização do bem tombado. [...]

Diante da indignação das pessoas que chegavam lhe dizendo que “a casa é minha,

porque não posso mexer?” Gustavo Coelho considera que o fundamental foi mostrar disposição para dialogar, explicar as razões das restrições e negociar até chegar num consenso.

A arquiteta Maria Cristina Portugal, assumiu a direção da 17ª Sub-Regional do IPHAN em 1986 até 1997. “Na sua gestão, destaca a implantação do projeto de educação patrimonial ‘*Conhecer para Preservar, Preservar para conhecer*’, com o objetivo de estimular a difusão e a apropriação do conhecimento contido e gerado pelo patrimônio cultural” (Delgado, 2003, p.446). Este projeto é realizado todos os anos em parceria com a Secretaria de Educação do Estado de Goiás. O público alvo são alunos da 1ª fase do Ensino Fundamental, são desenvolvidas várias atividades artísticas e de pesquisa que levam os alunos não só a valorizar, como também conhecer tudo que se refere ao Patrimônio: passeio pelo centro histórico, visitação ao museus, oficinas, exposições em sala de aula, etc.

Salma Saddi Wares de Paiva, vilaboense e historiadora, em 1997, assumiu a direção da 17ª Sub-Regional do IPHAN. Salma passou a ter, além das responsabilidades normais do cargo, o compromisso de lutar pela causa da conquista do Patrimônio da Humanidade para Goiás, fazendo parte do Movimento Pró-Cidade de Goiás Patrimônio da Humanidade. O Movimento Pró-Cidade de Goiás foi formado por pessoas interessadas em transformar Goiás

em Patrimônio da Humanidade, composto por 40 entidades vilaboenses, como: igrejas católicas e evangélicas, maçonaria, grupos de jovens, museus, IPHAN, prefeitura e governo do estado, foi concretizado em novembro de 1998. Brasilete Caiado foi aclamada presidente, vice-presidente o empresário Leonardo Rizzo, Antolinda Baía Borges com João Domingos Pereira, os tesoureiros e Jane de Alencastro Curado, a secretária.

No início da década de 90, do século XX, o ex-prefeito da cidade de Goiás, João Batista Valim, teve ideia de transformar Goiás em Patrimônio da Humanidade. Posteriormente, o escritor Bernardo Élis, com a mesma ideia entregou um ofício ao ex-presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, numa visita que o então presidente fez a Goiás. Bernardo Elis solicitou que o presidente abraçasse a causa. Tanto o prefeito quanto Bernardo Elis tiveram iniciativas mais isoladas, contrariando a elite local, os empresários, membros de Entidades que resgatam as tradições locais e que não “abraçaram a causa”, por isso, não obtiveram sucesso.

Suzana Sampaio, representante do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS)¹³ no Brasil, visitou Goiás, em 1997,

sugerindo à diretora do IPHAN, Maria Cristina Portugal, que fizesse uma campanha em prol de Goiás, com o objetivo de torná-la Patrimônio da Humanidade. A ideia foi acatada e Suzana foi considerada a “fada madrinha” do Movimento Pró-Cidade de Goiás. Em 1998, o então governador do Estado de Goiás, Marconi Ferreira Perillo Júnior, solicitou formalmente ao ministro da Cultura, a candidatura de Goiás na UNESCO.

Em 1999, é liberada para Goiás uma verba de R\$ 140 mil reais, pelo Ministério da Cultura e R\$ 100 mil reais pelo governo do Estado, por meio da Agência Goiana de Cultura, para elaboração de um Dossiê, exigência do ICOMOS, com inventário dos bens móveis e imóveis da Cidade de Goiás. O documento, “Dossiê - Proposição de Inscrição da Cidade de Goiás na Lista do Patrimônio da Humanidade” foi “um trabalho realizado com a sociedade vilaboense e a participação institucional da Prefeitura Municipal, do Movimento Pró-Cidade de Goiás Patrimônio da Humanidade, do Governo do Estado de Goiás e da 14^a. Superintendência Regional do IPHAN.”¹⁴ Maria Cristina Portugal diz que “a comunidade colabora muito, preocupa-se com a preservação e tudo isso contribui para a cidade manter-se

¹³ O ICOMOS é uma associação civil, não governamental, ligada a UNESCO, Com sede em Paris, conta com 5.480 associados em 87 países, organizados em 89 comitês nos cinco continentes. No Brasil o ICOMOS atua desde 1978. Nos países membros, o ICOMOS desenvolve ampla atividade nos campos doutrinários – formação,

publicações, turismo cultural e arqueologia, entre outros - , além de desenvolver técnicas, princípios e políticas de conservação, proteção e reabilitação do patrimônio Cultural.

¹⁴ Folder: *Goiás, um Patrimônio da Humanidade*. 14^a. Sub-Regional do IPHAN, 2000.

como está.”¹⁵ Na realidade, sabe-se que não é bem *a sociedade vilaboense* ou que *a comunidade colabora muito*, pois, sociedade, significa a população no geral e comunidade pressupõe toda a sociedade que tem a mesma identidade e que comunga as mesmas idéias. Não foi o que aconteceu com a Cidade de Goiás, quando do projeto, o qual tornou-se um discurso laudatório, já que as pessoas da periferia e mesmo do centro histórico, não sabiam sequer o que estava se passando na Cidade.

Mesmo assim, os grupos da Cidade prepararam e formalizaram, junto à UNESCO, o pedido para obtenção de título Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade, sendo entregue ao Órgão Mundial os seis volumes do Dossiê em junho de 1999 pelas mãos do ex-superintendente regional do IPHAN, Marco Antonio Galvão.

O Dossiê – documento-relatório – abordou diversos aspectos da cidade de Goiás: históricos, culturais, geográficos, cartográficos, religiosos, patrimoniais, memoriais. Conforme (Delgado, 2003, p.447), “No Dossiê de Goiás, [...] configuram-se diversas séries discursivas que compõem o campo do patrimônio e circunscrevem a ação do IPHAN em Goiás.” Apresenta-se no seu menu principal:

1º. Formulário da UNESCO

2º. ANEXO I: A - Cartografia antiga e atual;
B - Zona Tampão Paisagem

Serra Dourada

C - A Vila – Fotos Antigas e Atuais
3º. ANEXO II: A - Goiás e a ocupação do Brasil Central;
B - Goiás: história e cultura
C - Evolução urbana da Cidade de Goiás
D - Viajantes
E - Legislação
F - Bibliografia
4º. ANEXO III: A - Inventário dos bens imóveis e integrados
B - Inventário dos bens móveis
5º. ANEXO IV: Inventário Nacional de Referências Culturais.

Neste último anexo, Inventário Nacional de Referências Culturais, estão treze entrevistas das noventa que foram realizadas sobre o contexto sócio cultural da cidade. Não apresentam o critério da escolha, mas os escolhidos são membros de alguma Entidade ou Instituição ou Associação da Cidade, como OVAT, Associação dos artesãos, Igreja Católica, da Educação, Associação Beneficente de Santa Luzia, além de uma moradora da antiga casa de Bartolomeu Bueno, um médico e um historiador (que não é vilaboense e nem reside na cidade). Os entrevistados foram: Frei Marcos, Dr. Aderson Coelho, Brasilete Caiado, Jaime Costa, Paulo Bertran, Elder Camargo, Maria Abadia, Marlene da Veiga, Seila M^a Vieira, Marlene Vellasco, Alice Noronha, Evandira da Glória e Goiandira do Couto. Muitos destes são os gestores das Organizações Culturais da Cidade. Cada entrevistado mostrou a sua versão sobre Goiás, fazendo com que o Dossiê

¹⁵ Depoimento extraído do Jornal *O Popular*. Goiânia, 28-jun-2001.

apresentasse alguns valores culturais em detrimento de outros que não consideram importantes. “Os entrevistados relatam sua vivência cotidiana de costumes, tradições, as histórias e lendas que guardam na memória, os sentimentos e opiniões sobre a área tombada e o ambiente natural.”¹⁶

Em meio as entrevistas selecionadas, está a figura de uma grande artesã da cidade, Dona Alice Noronha, que responde a pergunta do entrevistador sobre o Patrimônio:

[...] Acha que a cidade deve ser Patrimônio Mundial da UNESCO? Por quê?

[...] Eu acho sim, [...] o povo daqui tá tendo consciência que será uma boa pra cidade. Só que eu acho que tem que ser mais divulgado. O pessoal que está trabalhando pra que Goiás receba este título tem que sair e conversar com o pessoal mais humilde e falar o valor deste título [...]¹⁷

É com muita sensatez e clareza que Dona Alice Noronha comenta que os grupos organizadores precisam divulgar os acontecimentos, principalmente, ao “*pessoal mais humilde*”, com isso, mostra que as pessoas não têm tanta consciência da importância do título de Patrimônio da Humanidade. Mas o mais interessante do diálogo é perceber que “*o pessoal que está trabalhando*” corresponde aos grupos que “cuidam da cultura vilaboense”, ou seja, “da cultura da elite vilaboense”.

Sobre a concentração do projeto nas mãos de grupos elitizados, Canclini (1997, p.160/1) afirma:

[...] o patrimônio é o lugar onde melhor sobrevive hoje a ideologia dos setores oligárquicos [...] Foram esses grupos [...] os que fixaram o alto valor de certos bens culturais: os centros históricos, a música clássica, o saber humanístico. Incorporaram também alguns bens populares sob o nome de folclore.

Para obter o título de Patrimônio da Humanidade, além do Dossiê, outras exigências tiveram que ser atendidas pela Cidade de Goiás, tais como: sinalização urbana e turística, fiação subterrânea, aplicação de políticas de conscientização ambiental, e acolhimento, através de eventos, de uma quantidade mínima de turistas e visitantes a cidade.

Como forma de atender todas as exigências da UNESCO, foi criado um evento para atrair um número considerável de turistas, então, em 1998, foi pensado e projetado O Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental – o FICA, fruto do projeto idealizado por Luís Felipe Gomes, Jaime Sautchuk e Adnair França. Colocado nas mãos de Nasr Chaul, o então presidente da Agência Goiana de Cultura, que fez questão de transformar a ideia em realidade, num verdadeiro painel multicultural de Goiás. Esse se tornou um dos

¹⁶ Dossiê – Proposição de Inscrição da cidade de Goiás na Lista de Patrimônio da Humanidade. IPHAN e FUPEL. CD- Room.1999. Inventário Nacional das Referências Culturais - Apresentação, p. 01.

¹⁷ Dossiê – *Op. Cit.* Inventário Nacional de Referências Culturais – Entrevistas Selecionadas – Alice Noronha. p. 15/16.

projetos prioritários do Governo do Estado de Goiás.

O projeto foi apresentado à comunidade vilaboense 30 dias antes da realização do evento, em reunião na secretaria Municipal de Cultura, da qual participaram representantes da comunidade e da equipe indicada para trabalhar em sua produção. Apesar de não ter havido um trabalho de envolvimento e divulgação junto à comunidade, o primeiro FICA acabou gerando expectativas no comércio e no meio cultural local. Mas aconteceu, meio alheio à população local tornando a Cidade de Goiás apenas um palco de apresentações artísticas. A primeira edição do Festival foi realizada no início do mês de junho de 1999, durante as comemorações da Semana do Meio Ambiente. O Festival fomenta a criação cinematográfica voltada para a preservação do meio ambiente e, ao mesmo tempo, estimula a criação regional na área de cinema e vídeo.

No dia 27 de junho de 2001, na sede da UNESCO, em Paris, foi feita a concessão para Goiás receber o título de Patrimônio Artístico e Cultural da Humanidade. A proposta foi avaliada por 8 membros, em reunião fechada. Neste mesmo dia, deram o parecer favorável – Goiás recebeu o tão esperado título.

Enfim, O festival inaugurou uma nova era para o Estado e também para a cidade de

Goiás, tendo como foco central o cinema com caráter ambiental, mas é também um acontecimento de múltiplas dimensões. Mobilizam todas as ramificações da cultura, tornando-se um amplo espaço onde circulam informações, arte e muita gente que vive uma rotina, de modo que a história e o presente se encontram em uma prazerosa ebulição,¹⁸ tornando mais visível a inserção da Cidade de Goiás no mundo globalizado. Isso fez que o sonho de alguns vilaboenses de se tornarem modernos como Goiânia se realizasse confrontando o passado com a modernidade, o lento com o rápido, o velho com o novo.

3. A (RE) INVENÇÃO DA TRADIÇÃO

Após a transferência da capital, de Goiás para Goiânia, percebe-se na antiga Vila Boa não só a valorização ao passado histórico, mas a busca pelas tradições. No jornal Diário da Manhã foi publicado:

Alfredo Conti, argentino representante da Unesco que veio visitar a cidade para fazer um relatório técnico, em 1999, reconheceu que, além das construções típicas do período da exploração do ouro e do traçado da cidade, Goiás tinha outros tesouros para mostrar ao mundo: “Aqui aconteceu um fato raro quando se trata de cidades históricas. O povo de Goiás foi capaz de preservar também valores culturais e manter qualidade do meio ambiente. As autoridades e o povo estão determinados em manter esse patrimônio.”¹⁹

¹⁸ AGEPEL *op cit.*

¹⁹ Jornal Diário da manhã em 30/06/2001.

Os tesouros a que se refere o Diário da Manhã estão ligados à cultura da cidade, como por exemplo, as festas religiosas (Semana Santa) ou profanas (carnaval). São formas de valorizar a cultura local. Rita do Amaral (1998), mostra o papel das festas, que está ligado às tradições: “As festas, [...] por motivos vários ao longo da história, desempenharam um papel muito mais importante em nossa cultura do que costumamos admitir [...] podem comemorar acontecimentos, reviver tradições [...]”. A maioria das festas em Goiás faz parte das tradições da antiga capital. Goiás deixou de ser capital e passou a ser o “repositório das tradições”. Flores (1997, p.135), afirma que “tradição é uma versão do passado que se deve ligar ao presente e ratificá-lo. O que ela oferece, na prática, é um senso de continuidade.”

Membros da população vilaboense ressentidos com a transferência da capital sentiram uma “crise de identidade”. “Elder Camargo dos Passos, lembra que, depois que a cidade deixou de ser a capital, perdeu a proeminência que havia conquistado [...] e essa situação os deixou preocupados. Decidiram realizar eventos que atraíssem a atenção das pessoas.”²⁰ Assim, ao longo dos anos, foram criando valores culturais e fixando tradições. Isso conferiu a Goiás uma identidade.²¹

“O povo de Goiás foi capaz de preservar também valores culturais”, que são as obras de Arte Sacra de Veiga Valle, os poemas de Cora Coralina, os quadros de Goiandira Aires do Couto, pintados com areias da Serra Dourada, as músicas goianas, a gastronomia vilaboense com o empadão goiano, arroz com pequi, suco de frutas do cerrado, como o de cajazinho e várias tradições como as festas: Carnaval, junina, folia de Reis, do Divino, de Nossa Senhora do Rosário, Semana Santa com a Procissão do Fogaréu, símbolo da cultura goiana, além de eventos como o FICA – Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental.

Para melhor compreensão da importância das tradições em Goiás, a seguir será trabalhada uma das mais marcantes e mais conhecidas tradições da cidade pelo Brasil, que contribuiu para o resgate da identidade vilaboense, cuja imagem representa Goiás – idade e Estado – a Procissão do Fogaréu.

3.1 A PROCISSÃO DO FOGARÉU EM GOIÁS: UMA TRADIÇÃO OU (RE)INVENÇÃO DA TRADIÇÃO?

A Procissão do Fogaréu em Goiás está inserida na maior tradição religiosa da cidade: as celebrações da Semana Santa. Para melhor

²⁰ TRABALHO pioneiro criou identidade. In: Revista *Goiás Agora*. Goiânia, ano I, n. 2, abril de 2001, p.23.

²¹ Ver Anexo J.

compreendê-la, faz-se necessária uma breve abordagem sobre a Semana Santa em Goiás.

A Semana Santa é considerada um dos principais rituais litúrgicos da Igreja Católica e acontece quarenta dias depois da quaresma. Burke (1989) afirma que, “Segundo a Igreja, a Quaresma era uma época de jejum e abstinência [...] a própria palavra ‘Quaresma’ significa tempo de privação”. Em Goiás, não se sabe exatamente quando começou a Semana Santa, a primeira informação que se tem é que a Igreja Matriz – Catedral – foi reconstruída para as celebrações da Semana Santa em 1745. Isto foi mostrado no programa da Semana Santa em Goiás de 1995:

O primeiro dado registrado pelos historiadores sobre a realização da SEMANA SANTA na Cidade de Goiás é o seguinte: “Em 1743 a Igreja Matriz de Sant’ Ana por ameaçar cair, foi demolida e depois levantada sob a orientação do padre Dr. João Perestelo de Vasconcelos Espínola, tendo funcionado para a Semana Santa de 1745[...]” Assim, documentalmente está registrado que ela vem acontecendo desde essa época fazendo nesse ano de 1995 – 250 anos de comemorações desse evento de fé e movimentação cristã.

No século XIX, Johann E. Polh era um dos integrantes da expedição de cientistas naturais austríacos, que percorreram o Brasil entre 1818 e 1821. Pohl, além de médico, era mineralogista e botânico, passou pela Capitania de Goiás e descreveu o que viu por estas terras no livro *Viagem no Interior do Brasil*. Há no livro diversos registros de como era a antiga

capital, suas ruas, casas, o rio Vermelho, as festas e a Semana Santa em Goiás. Interessante observar que, na citação abaixo, Pohl (1976, p.143), descreve os visitantes na Cidade de Goiás durante a Semana Santa e a Procissão com uso de tochas na sexta-feira, mas nada comenta sobre Procissão com farricocos:

A Semana Santa, por exemplo, figura entre as mais notáveis. Para assistir a essas solenidades religiosas vem gente de regiões longínquas, de até 30 léguas de distância. Na Quinta-Feira Santa [...] procede o lava-pés de doze meninos. O altar-mor, onde está exposto o Santíssimo, cercado de muitas luzes, forma um grande palco, ornado com quadro da Santa Ceia. [...] Faz-se um sermão sobre o lava-pés. Seguem-se, depois, as chamadas trevas [...] Em regra geral, na sexta-feira da paixão todos usavam traje de luto na Igreja. Esse dia é muito respeitado e considerado como dia de jejum geral. [...] À tarde é pronunciado outro sermão, havendo uma grande procissão à luz de tochas, [...]

No Domingo de Páscoa havia uma procissão ao nascer do sol, seguida de missa e sermão [...]. Todas as pessoas de distinção, eclesiástica e leigas, dirigiam-se em seguida à sala de audiência do palácio para desejarem Feliz Páscoa ao Governador, com o que terminava a festa.

A Semana Santa em Goiás sempre atraiu muitos visitantes, como descreve Polh. O único objetivo dessas pessoas era a religiosidade. Numa Mensagem feita pela OVAT, no final do século XX, há referência de que anteriormente as pessoas que assistiam a Semana Santa era por fé, por devoção: “Nosso povo, cheio de fé, vinha de todos os lados para assistir os atos da Semana Santa e era preciso atender ao seu desejo de viver santamente este tempo sagrado.”

A Semana Santa se inicia no Domingo de Ramos, domingo anterior ao da Páscoa, é neste dia que a Igreja celebra a entrada de Cristo na Cidade Santa, Jerusalém, e os Ramos representam a aclamação ao Senhor, a esperança messiânica. Os celebrantes da missa, trajados de paramentos vermelhos reforçam a lembrança de que Cristo é o Rei do Universo. Conforme Brandão (2004, p. 233), “O que importa é multiplicar ritos que misturem imagens, gestos, símbolos e sentidos revestidos de [...] significado”. Em Goiás, a Semana Santa começa na Igreja do Rosário, seguindo em Procissão (de Ramos) para a Catedral. Neste mesmo dia, há Procissão e Missa também na Igreja Santa Rita, no bairro João Francisco.

Os três primeiros dias da Semana Santa são marcados mais intensamente pela preparação da Páscoa. A liturgia é uma restituição dos últimos momentos vividos por Cristo em sua vida terrena. Em Goiás, na segunda-feira santa, é dia de penitência e vigília. Na terça-feira santa, há tem encenação da “Vida, Paixão, Morte e Ressurreição de Cristo”. Na quarta-feira santa, antigamente era chamada das Trevas, realiza-se a missa dos santos óleos na Catedral e às 24h a “*Procissão do Fogaréu*”. Na quinta-feira santa, há missa do Lava-Pés e da Santa Ceia do Senhor, inicia-se o que a Igreja

denomina Tríduo Pascal da morte e ressurreição do Senhor Jesus, “*durante essa cerimônia, são executadas pelo cântico da Catedral, as belas melodias do canto do LAVA-PÉS, de autoria do goiano José do Patrocínio Marques Tocantins, séc. XIX.*”²² Do domingo de ramos até a quinta-feira santa completa-se o chamado retiro quaresmal. A sexta-feira Santa, dia da Paixão e morte de Cristo, dia do Canto do Perdão²³ na Igreja N. S. da Abadia e na Igreja São Francisco de Paula, adoração da Cruz na Catedral, descendimento da Cruz no Chafariz e a procissão do enterro. Nos Programas da Semana Santa de todos os anos é descrito o ritual do “Descendimento da Cruz e da “Procissão do Enterro”:

[...] no Lago do Chafariz, cerimônia dramatizada do DESCENDIMENTO DE CRISTO DA CRUZ, com os figurantes vestidos à caráter. Homilia das SETE PALAVRAS, intercalada com trechos musicais, das “sete palavras” e “Via Sacra” do compositor Mons. Pedro Ribeiro da Silva. Logo após sair a PROCISSÃO DO ENTERRO, percorrendo as ruas da cidade, ostentando as figuras bíblicas do velho e do novo Testamento [...] ao lado do esquife do Senhor Morto. Durante todo o percurso da procissão, são ouvidos, espaçadamente, os cantos melancólicos e sentidos da Verônica e Heus, que choram a morte de Cristo; (composição do séc. XIX, de Basílio Martins B. Serradourada)²⁴

Após uma sexta-feira carregada de cerimônias e rituais, vem-se o sábado santo, dia

musicado por Frei Ângelo, um dominicano francês, conforme consta no Programa da Semana Santa na cidade de Goiás de 2004.

²⁴ Programa da Semana Santa na cidade de Goiás de 2004..

²² Programa da Semana Santa na cidade de Goiás.

²³ O tradicional Canto do Perdão, em Goiás, é apresentado por 22 moças que cantam estrofes sobre o martírio de Cristo e pede-lhe perdão pelas ofensas que sofrera. Esta cerimônia tem sua letra tirada de um livro antigo e foi

de “silêncio, retiro e oração”, com Penitência e Vigília Pascal. No Domingo da Páscoa é celebrada a missa da Ressurreição, “a Páscoa não é simplesmente uma festa entre outras: é a ‘festa das festas’, a ‘solenidade das solenidades’. É tão grande que precisamos de 50 dias para celebrá-la. Nela os cristãos fazem núcleo da sua fé, ou seja a ressurreição do Senhor.”²⁵, logo após, há a queima do Judas. Neste dia, também tem a saída da tradicional Folia do Divino.

Como foi afirmado anteriormente, a “Procissão do Fogaréu” é realizada na quarta-feira da Semana Santa na Cidade de Goiás. A palavra *procissão* originou-se do latim *processione*, que significa “1. cortejo religioso: pompa, 2. longo desfile de pessoas: longus ordo.” (Ferreira Júnior, 1986, p.555). E *Fogaréu* vem de fogo, archote. Em Goiás a Procissão do Fogaréu é um cortejo com archotes nas mãos ou tochas de fogo, é um ritual, uma festa tanto para o povo da cidade como para os turistas, uma miscelânea entre o sagrado e profano. Conforme Souza (1996, p.30), “as procissões [...] são muito frequentes nas festas dos padroeiros e santos das cidades e, de maneira especial na Semana Santa”.

A Procissão do Fogaréu dramatizada se iniciou a partir de 1967. Antes disso, sabe-se muito pouco como era, são escassos os

documentos. Os depoimentos e o que está escrito em *folders*, cartazes, panfletos e programas da Semana Santa apresentam a Procissão do Fogaréu, anterior à de 1967, como um ritual de tradição europeia trazida para o território goiano em 1745 por um padre espanhol chamado João Perestelo de Vasconcellos Espíndola.²⁶

A OVAT começou a levantar as festividades religiosas. [...] nós descobrimos que o fundador da Irmandade dos Passos, [...] foi o Pe Perestelo de Vasconcellos Espíndola, um espanhol. Durante essa história, saiu a Procissão do Fogaréu, com encapuzados e tal, que deixou de ser levada, desapareceu com o tempo e tal. E nós começamos a reviver isso historicamente e pegamos que o Pe Perestelo tinha estado aqui justamente neste período de 1745. Então, foi presumido que seja ele o introdutor de toda essa cerimônia que, se você comparar com a tradição espanhola vai bater. [...] Aí então atribuímos a ele, sabemos que ele foi o fundador da Irmandade dos Passos. Também pusemos a data da irmandade em 1745 e a procissão iniciando nesta data. Tudo começando em 1745, que era um marco que nós tínhamos, um marco inicial registrado [...]²⁷

O depoimento acima, estratégia de legitimação do discurso, justifica a data e a história da origem da Procissão do Fogaréu, que é escrita nos *folders* por deduções dos membros da OVAT. O único *marco inicial registrado* é um documento escrito a respeito da inauguração da Catedral de Santana para a Semana Santa. O depoimento mostra também que a Procissão do Fogaréu desapareceu no século XIX. Inclusive

²⁵ CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL – CNBB. Roteiros Homiléticos Tempo da Quaresma. Ano C. “Páscoa: Vida Nova”. Brasília: 2004, p, 5.

²⁶ Os produtores dos *folders* fazem tal afirmação por dedução, associam a data com o registro que se tem a respeito da inauguração da Catedral para a Semana Santa.
²⁷ Depoimento de Elder Camargo dos passos feito à Andréa Delgado.

um *folder* de 2004, escrito pela OVAT, diz que: “Em Goiás (a Procissão) foi introduzida pelo Padre João Perestelo de Vasconcelos Espíndola em 1745, desaparece no século XIX. [...] foi reintroduzida em 1966²⁸ nas comemorações da Semana Santa[...]”²⁹

Justamente para preservar a cultura e, num sentido mais amplo, como já foi dito, de atrair turistas para Goiás, a OVAT começou a pesquisar e a estudar tudo que estivesse relacionado à Procissão do Fogaréu, em livros, em depoimentos de pessoas mais velhas, por meio da memória e pela Bíblia, em capítulos que os evangelistas escreveram sobre a perseguição de Cristo.

A Bíblia não foi a fonte primária que inspirou a OVAT a configurar a encenação da Procissão do Fogaréu tal como hoje é encenada. A inspiração surgiu a partir da leitura de notícias em jornais sobre as comemorações do aniversário da cidade do Rio de Janeiro. Após dois anos de estudos fizeram da ficção uma realidade, o desenho estava traçado, a OVAT começou a confeccionar as vestes coloridas, capuz e tochas, sem preocupação com o significado das vestimentas.

A OVAT demonstra ter (re)inventado a Procissão do Fogaréu. E também, de acordo com

seus discursos, a “*invenção da tradição*”³⁰ foi do Pe Perestelo. Segundo Giddens (1997), todas as tradições são inventadas, então, pode-se dizer, que a Procissão implantada pelo referido padre foi também uma “*invenção da tradição*”, pois era impossível fazer uma transposição da festa espanhola. Logo, para a OVAT, a atual Procissão foi uma (re)invenção da tradição, como destaca a clássica obra de Hobsbawm (1997, p.9) que, a partir da definição de tradição inventada, coloca as tradições como sendo de um passado próximo.

Tradições que parecem ou alegam ser antigas são muitas vezes de origem bastante recente e algumas vezes inventadas, [...] significa um conjunto de práticas [...] de natureza real ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através de repetição, o que implica automaticamente, uma continuidade em relação ao passado [...] um passado histórico apropriado.

Pode-se, também, associar a Procissão do Fogaréu à teoria de Hobsbawm, pois os grupos envolvidos se apropriam do passado histórico. Segundo Almeida (1994, p.171/2), existe o “*ritualismo [...]: a festa retoma o passado à sua maneira, revivendo-o como história manipulada, reajustada*”.

²⁸ Há uma divergência de datas: este *folder* apresenta 1966, mas encontrei jornais com reportagens de 1967, divulgando o primeiro ano da Procissão do Fogaréu – a Paixão de Cristo em novo estilo.

²⁹ Folder Semana Santa em Goiás. A Procissão do Fogaréu. Produzido pela OVAT. Distribuído em 2004,

mas não consta data, com certeza pelo fato de que poderão distribuir em outros anos.

³⁰ Título da obra de: HOBBSAWM, E. & RANGER T. A *Invenção das Tradições*. RJ: Paz e Terra, 1997.

Figura 1: Farricocos na Procissão do Fogareu



Fotografia: Dossiê Goiano

A Procissão do Fogaréu em Goiás constitui um Show ao vivo, teatro pelas ruas, folclore, tradição, espetáculo, nostalgia, exotismo, ritual, religião. Para as Ciências Humanas pode ser conceituada em uma série de categorias, mas resumindo, pode ser definida como uma “Arte” ou “Cultura”. Geertz (2000, p.178) define o que é “Arte”: “A arte, diz meu dicionário, [...] é a produção consciente, ou arranjo de cores, formas, movimentos, sons ou outros elementos de uma forma que toca o sentido de beleza”. Geertz (1989, p.4) busca conceituar também a “Cultura”:

O conceito de cultura que eu defendo [...] é essencialmente semiótico³¹. Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, [...] uma ciência interpretativa, à procura do significado.

A Procissão do Fogaréu pode ser considerada ainda como um “evento” em que a cada novo acontecer das coisas já existentes, muda-se a forma e também significado do evento. De acordo com Santos (1990, p.116), “os eventos mudam as coisas, transformam os objetos dando-lhes, ali mesmo onde estão, novas características”. Sahlins (1984) define evento como um acontecimento estruturalmente relevante e dotado de significado. Transforma-se, dessa forma, o significado de cada monumento à reordenação da utilização dos espaços dentro da cidade histórica, tornando-a um espaço globalizado, recebendo **turistas** de diversas partes do mundo. O evento tem um valor simbólico para Goiás, é uma tradição (re) inventada. Para Passos (2003), “Toda a reestruturação do evento busca preservar e divulgar suas tradições culturais e fortalecer o turismo”.³²

Não é preciso dizer que, a partir do novo estilo de procissão, a Cidade de Goiás viu surgir um novo ciclo de turistas, modificando suas bases econômicas e culturais. Nota-se que há um desenvolvimento com ritmo particular, sustentado pelos interesses turísticos e econômicos, mas também pelo incentivo da OVAT. Introduziram novos elementos no ritual, “*interesses estiveram – e estão – em jogo*”, como os interesses da OVAT, que são além de

³¹ A semiologia tem por objeto qualquer sistema de signos :imagens, gestos, vestuários, ritos, etc.; mesmo que semiótico.

³² Elder Camargo dos Passos – entrevista concedida à Ana Pinheiro em 26/07/03.

manter as tradições, há também o de gerar lucros, renda para a cidade. Interessante observar que alguns dos membros da OVAT são donos de pousadas, restaurantes, etc. São empresários da cidade.

Pode-se, portanto, observar a introdução de novos valores no sistema do ritual – estéticos e econômicos – que colocam em questão as novas presenças na procissão, sejam elas a dos turistas, da mídia, das empresas interessadas no consumo que o ritual desperta. A projeção da Procissão do Fogaréu era feita principalmente no contexto local, religioso, tradicional, da qual ela retirava seu próprio sentido. Atualmente este universo foi modificado e, embora alguns lamentem a invasão do turista, outros veem nela um elemento positivo, que permite a inserção de parte da população no contexto nacional da qual se considerava distanciada. Assim, Procissão do Fogaréu, hoje, é uma das imagens de Goiás projetada no Brasil e até mesmo em outros países.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 1937, a capital do Estado foi transferida de Goiás para Goiânia. Na antiga capital, restou uma população traumatizada, magoada, ressentida. Os ressentimentos, segundo Nietzsche (1978), geram a passividade, o comodismo. No entanto, uma minoria de vilaboenses, filhos das famílias tradicionais de Goiás, entrou em contradição com a teoria do

autor supra citado, baseando-se, então, no conceito de Max Scheler (*apud* Ansart, 2001), de que o ressentimento pode criar valores. Dessa forma, algumas décadas depois da transferência da capital, valorizar o seu passado histórico e suas tradições, era exatamente o que não havia em Goiânia, “era preciso afirmar-se como uma cidade sem história, sem tradições, sem conchavos familiares. Goiânia, como utopia, seria uma cidade sem dono, e ao mesmo tempo, propriedade de todos” (Arrais, 2003, p.130). Já que Goiânia era “uma Cidade sem Passado”, por que não resgatar o passado da antiga capital, que era uma Cidade com Passado? Inicialmente, de forma inconsciente e, com certa resistência, aos poucos algumas pessoas da cidade foram trazendo à tona o passado de Goiás para assim alcançar um futuro, ficando os ressentimentos atenuados.

Quanto ao passado, em 1950, começa a ser tombado pelo Patrimônio Histórico alguns bens imóveis isolados e, na década de 70 o conjunto arquitetônico de Goiás, tornando o centro da cidade Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Neste meio tempo, há uma retomada aos valores culturais da cidade, são formados grupos da comunidade local e organizações, em prol do resgate das tradições. Reiniciaram a Procissão do Fogaréu em novo estilo e, no mesmo ano, 1967, é criado o Departamento de Turismo na Prefeitura.

Percebe-se, então, a relação do resgate à tradição com o turismo.

Quanto ao futuro, a ênfase às tradições, ao passado histórico é, não apenas, no sentido de valorizar a cultura, mas principalmente como meio de atrair turistas e reerguer a economia da cidade. Os organizadores das tradições são os mais interessados no desenvolvimento do turismo e na renda gerada por ele, são considerados os “donos da cidade”, herança e descendência do coronelismo em Goiás, com seus “mandos e desmandos”, e isso envolve disputas pelo poder, embates políticos e religiosos. Em 2001, Goiás conquistou o título de Patrimônio da Humanidade e, juntamente com o título, uma explosão de turista. O futuro continua sendo a esperança da “elite” vilaboense de cada vez mais retorno de lucros para a Cidade.

A cidade tornou-se, então, um “repositório” das tradições. Inserida nesse contexto está a Procissão do Fogaréu, uma festa com especificidades próprias, o qual foi reorganizada pela OVAT em 1967, a procissão oscila entre o sagrado e o profano, expressa o aspecto religioso pela sua representação – a Paixão de Cristo, porém, há maior tendência de expressar o profano devido ao modo como é articulada, divulgada pela mídia, fato que a forma uma festa mercadorizada e espetacularizada com objetivo de cada vez mais atrair turistas. A direção capitalista que prende o

pensamento dos organizadores da festa, os estrategistas, faz com que a procissão se torne um “produto” para o consumo dos turistas que buscam a cultura como diversão, o evento turístico-religioso é organizado, é ensaiado e realizado em torno do centro histórico da cidade, Patrimônio da Humanidade, local dos monumentos históricos, do comércio e dos casarios geminados das famílias abastadas da cidade.

Assim, os organizadores, a classe dominante, sobressaem economicamente e elevam o nome da cidade para além da Serra Dourada. Goiás, “repositório” das tradições, o Patrimônio da Humanidade, a antiga capital é destacada. Os ressentidos provaram que a cidade existe, que é “o berço da cultura goiana”.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, J. de. Todas as festas, a festa? In: SWAIN, Tânia Navarro. (org). *História no Plural*. Brasília: EdUnB, 1994.

AMARAL, Rita. *Festa à Brasileira - sentidos do festejar no país que " não é sério"* . Tese defendida junto ao Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Brasil, 1998.

ANSART, P. História e Memória dos Ressentimentos. In: BRESCIANI, Stela e NAXARA, M. *Memória e (re)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: ed. da UNICAMP, 2001.

ARRAIS, Cristiano P. A. *Cidades e Identidades de Fronteira*. (Um estudo sobre a construção de Goiânia a partir do conceito de momento de

- fronteira). Goiânia: 2003. Dissertação de Mestrado da UFG. (mimeo).
- BOLETIM Informativo Bimestral da 14ª coordenação Regional do IBPC. Ano 5, nº 5, dez 1995.
- BORBA, O. de F. *Cidade de Goiás – Formas Urbanas e Redefinições de Usos*. Goiânia, 1998. (mimeo). Dissertação de Mestrado.
- BRANDÃO, C. R. *De tão longe eu venho vindo: símbolos, gestos e rituais do catolicismo popular em Goiás*. Goiânia: editora UFG, 2004.
- BURKE, P. *Cultura Popular na Idade Moderna*. SP: Cia das Letras, 1989.
- CÂMARA, Jaime. *Os tempos de Mudança*. Goiânia: O Popular, 1979.
- CANCLINI, N. G. *Culturas Híbridas*. SP: Edusp, 1997
- CATÁLOGO do Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental. V edição, 2003.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL – CNBB. Roteiros Homiléticos Tempo da Quaresma. Ano C. “Pascoa: Vida Nova”. Brasília: 2004
- DELGADO, A. F. *A invenção de Cora Coralina na batalha das memórias*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, fevereiro de 2003. (Tese de doutorado).
- DOSSIÊ – Proposição de Inscrição da cidade de Goiás na Lista de Patrimônio da Humanidade. IPHAN e FUEPEL. CD- Room.1999.
- FENELON, Déa R. Políticas Culturais e Patrimônio Histórico. In: *O Direito à Memória*. Patrimônio Histórico e Cidadania. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1992.
- FERREIRA JÚNIOR, A. G. *Dicionário de Português-Latim*. Porto – Portugal: Porto Editora, 1986.
- FLORES, M. B. R. *Oktoberfest: Turismo, Festa e Cultura na Estação do Chopp*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1997.
- FOLDER Semana Santa em Goiás. *A Procissão do Fogaréu*. Produzido pela OVAT. Distribuído em 2004.
- FOLDER: *Goiás, Patrimônio da Humanidade*. 14ª. Sub-Regional do IPHAN, 2000.
- GEERTZ, C. *A Interpretação das Culturas*. RJ: LTC Editora, 1989.
- HOBSBAWM, E. & RANGER T. *A Invenção das Tradições*. RJ: Paz e Terra, 1997.
- LACERDA, Regina. Procissão do Fogaréu. In: Anuário da ACADEMIA FEMININA DE LETRAS E ARTES DE GOIÁS - AFLAG. Goiânia: Gráfica e editora Líder, 1979/1980
- MAGNANI, J. G. C. *Pensar grande o patrimônio cultural*. Porto Alegre: Revista Lua Nova – Cultura Política, v.3, n. 2 out/dez, 1986, p.63/7. Apud BORBA, O. de F. *Cidade de Goiás – Formas Urbanas e Redefinições de Usos*. Goiânia, 1998. (mimeo). Dissertação de Mestrado
- NIETZSCHE, F. *Genealogia da Moral*. Lisboa: Guimarães e C. Editores, 1978. Segunda Dissertação.
- PINHEIRO, A. *A Dádiva no Ritual da Procissão do Fogaréu*. Goiânia: Dissertação de Mestrado da Universidade Católica de Goiás, 2004, (mimeo)
- POHL, J. E. VIAGEM NO INTERIOR DO BRASIL. Tradução de Milton Amado. BH: Ed. Itatiaia. SP: Ed. da USP, 1976.
- SANTOS, M. *Espaço e Natureza*. São Paulo: Hucitec.
- SOUZA, Antonio Carlos de Oliveira *et al. Vivendo a Semana Santa: o mistério pascal celebrado no Brasil*. São Paulo: Editora Santuário, 1996.